

## Capacete de motoboy poderá ter propaganda

Decreto assinado ontem pelo prefeito determina que os profissionais terão de usar colete, capacete e proteção para as pernas. Hoje, trafegam diariamente pela Cidade cerca de 80 mil motoboys

CAMILLA RIGI

Colete, capacete e equipamento de proteção nas pernas – o uniforme para motoboys é apenas uma das exigências do decreto assinado ontem pelo prefeito José Serra, que pretende regulamentar a profissão. "Isso vai permitir a identificação dos motoristas regularizados", declarou o prefeito. O decreto que começa a valer hoje prevê também a veiculação de propaganda nas motocicletas e capacetes.

Hoje, trafegam diariamente pela cidade cerca de 80 mil motoboys, dos quais apenas 5 mil têm cadastro e a carteira que os autoriza a conduzir pequenas cargas, a Con-

domoto. A principal causa de tanta informalidade, segundo representantes da categoria, eram as altas taxas cobradas pela Prefeitura para regularizar cada profissional.

Com a redução da tarifa de R\$ 44,97 para R\$ 10, prevista no documento, mais condutores poderão se inscrever. "Queremos que, pelo menos, 60 mil se cadastrem", espera o presidente Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas Empregados e Autônomos do Município de São Paulo (Sidmmoto), Aldemir Freitas. O valor pago para registrar a moto na Prefeitura também caiu de R\$ 27,92 para R\$ 10.

Segundo Serra, o grupo de determinações fará com que os motoris-



José Serra veste colete e capacete: equipamentos serão obrigatórios

tas tenham um treinamento melhor, o que implica mais segurança no trânsito. Dados da Secretaria Municipal de Transportes apontaram que 64% dos motoboys já sofreram algum acidente. A despesa anual com estes motoristas é cerca de R\$ 50 milhões, se somados os gastos com resgate, mobilização de aparato policial, despesas médicas e engarrafamentos.

Vítima de acidente por quatro vezes, o motoboy Jeferson Lemos Napoleão, 23 anos, acredita que os baixos salários da categoria são os maiores responsáveis pelas batidas. "Se ganhássemos mais, não precisaríamos correr tanto." O preço pago pelas empresas por hora

de serviço é R\$ 6, mas, de acordo com Napoleão, alguns recebem bem menos que isso. "As empresas têm que ter formas mais dignas de contratação. Assim elas contribuirão para a paz no trânsito", disse o secretário Municipal de Transportes, Frederico Bussinger.

A fiscalização também será modificada. O decreto graduou cada infração de trânsito e a reincidência dos motoristas pode resultar na perda do Condumoto. "A pontuação deverá variar de acordo com a gravidade e a repetição da infração", informou o coordenador do Departamento de Transportes Públicos, Paulo José Lourenço da Silva.

Márcio Fernandes/AE